



COMPROVANTE
RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: () _____

E-MAIL: _____

FAX: _____

MODALIDADE: Concorrência Pública nº 009/2018. RETIFICADO.

PROCESSO Nº: 325/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Obra de Infraestrutura do Centro Empresarial – 1ª Etapa, localizado no Bairro Bela Vista, Município de Aracruz/ES.

Obtivemos, através do acesso www.aracruz.es.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada de edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio do e-mail licitacao@aracruz.es.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Aracruz da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Local: _____, ____ de _____ de ____.

Nome por extenso: _____

RG nº: _____

ASSINATURA



EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 009/2018

PROCESSO Nº 325/2018

O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, Estado do Espírito Santo, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 15.567 de 21/12/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94 e 9.648/98 e alterações posteriores, fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, objetivando a Contratação de empresa para execução de Obra de Infraestrutura do Centro Empresarial – 1ª Etapa, localizado no Bairro Bela Vista, Município de Aracruz, conforme Requisição de Serviços nº 015/2018 da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, constante do Processo Administrativo nº 325/2018.

Local/horário/dia: Os envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS" deverão ser protocolizados no Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Aracruz/ES (antigo Fórum) **até as 18 horas do dia 13 de Março de 2019**, iniciando-se a abertura do Envelope "HABILITAÇÃO" **às 12:30 horas, no dia 14 de Março de 2019**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, Secretaria de Suprimentos, sede da PMA, localizada à Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES. (Ressaltamos que o horário de funcionamento do Protocolo Geral é de 12 às 18 horas)

A licitante poderá adquirir o Edital junto ao site da Prefeitura Municipal de Aracruz (www.pma.es.gov.br - Licitações) ou junto à Comissão Permanente de Licitação, na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá – Aracruz/ES, no horário de 12:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

1. OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 - A presente Concorrência Pública tem por objeto a Contratação de empresa para execução de Obra de Infraestrutura do Centro Empresarial – 1ª Etapa, localizado no Bairro Bela Vista, Município de Aracruz, mediante condições constantes deste Edital e seus anexos.

1.2 - Os serviços a serem executados compreendem fornecimento de mão de obra, equipamentos, maquinários e outros necessários à execução.



1.3 - Todos os serviços deverão ser executados em atendimento às recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto à qualidade dos materiais e mão de obra empregados na execução dos serviços.

2. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 - O valor total estimado para a execução dos serviços acima mencionados é de **R\$ 3.862.397,05 (Três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e sete reais e cinco centavos).**

2.2 - O Município de Aracruz pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços os preços estabelecidos nas planilhas orçamentárias apresentadas pela vencedora desta licitação e seu regime de contratação será de empreitada por preços unitários, cujo critério de julgamento é o menor preço global.

2.3 - Nenhum preço proposto poderá ultrapassar o valor do preço unitário da planilha orçamentária elaborada pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões de itens constantes dos serviços discriminados nas planilhas orçamentárias.

3. FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Código Reduzido: 836

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Unidade: 1 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Projeto/Atividade: Construção e Ampliação de Pavimentação das Vias Públicas

Vínculo: 1.604.0000 – Royalties do Petróleo

Elemento: 4.4.90.51.00 – Obras e Infraestrutura

Projeto/Atividade: Construção e Ampliação da Rede Drenagem Pluvial

Vínculo: 1.604.0000 – Royalties do Petróleo



Elemento: 4.4.90.51.00 – Obras e Infraestrutura

4. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 - Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa cadastrada ou não no Município de Aracruz, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

4.1.1 - Não será admitida a participação nesta licitação de empresas que:

- a) Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participar em licitação e/ou impedimento de contratar com o Município de Aracruz;
- b) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, não ocorrendo à reabilitação;
- c) Entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município de Aracruz;
- d) Que estejam sob processo de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência, salvo aquelas empresas que demonstrarem que a recuperação judicial ou extrajudicial já foi concedida ou homologada, respectivamente, na forma prevista na Lei 11.101/2005, desde que tenham capacidade econômica financeira.
- e) Se façam representar por pessoa sem a devida autorização;
- f) Estejam enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.2. No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a Sessão de processamento desta Concorrência Pública, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

4.2.1. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade plena para a realização das transações inerentes ao presente processo licitatório.

4.2.1.1. O credenciamento deverá obedecer ao modelo constante no **Anexo III**, devendo ser observado o contrato social ou estatuto da proponente.

4.2.1.2. No caso de participação do dirigente ou proprietário da licitante, não é necessário o preenchimento do Termo de Credenciamento, fazendo-se necessário somente a apresentação dos documentos descritos nas alíneas “b”, “c” e “d” do **item 4.2.1.3**.



4.2.1.3. Para o credenciamento deverão ser entregues, em mãos, à Comissão Permanente de Licitação, os seguintes documentos:

- a) Termo de Credenciamento, conforme item **4.2.1.1**;
- b) Documento de identificação do representante da empresa que irá participar do certame, devendo ser cópia autenticada ou Cópia simples com apresentação do original;
- c) Contrato Social, Estatuto ou Ata de Eleição, devendo ser cópia autenticada ou Cópia simples com apresentação do original;
- d) No caso de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser apresentada Certidão Simplificada da Junta Comercial, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC emitida no ano civil corrente.

d.1) OBS: A empresa que apresentar-se como ME/EPP, porém auferir receita bruta superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06 será inabilitada, podendo, inclusive, configurar fraude tal conduta, conforme entendimento reiterado do Tribunal de Contas da União, como previsto nos acórdãos do Plenário 3217/2010, 2.846/2010, 1538/2013 e 1617/2014.

4.2.1.4. Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para este feito, **um único representante por licitante interessada**.

4.2.1.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de mais de uma “carta de credenciamento”, poderá representar mais de uma empresa no certame, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

4.2.1.6. Caso estes documentos estejam equivocadamente inseridos em algum dos envelopes lacrados, a Comissão de Licitações devolverá os envelopes em sessão pública ao representante, para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo ao novo lacramento em seguida, diante dos presentes.

4.2.1.7. A ausência do representante ou credenciado, ou a não apresentação ou ainda a incorreção do documento de credenciamento para participar da sessão de abertura dos envelopes, não acarretará na inabilitação ou desclassificação da empresa licitante, porém o enviado não possuirá direito de registrar qualquer apontamento em ata.



4.3 - Da visita técnica

4.3.1 - Para empresas interessadas em participar desta licitação, fica facultado agendar data e horário para proceder com a visita técnica, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SEMOB deste município ou pelo telefone (27) 3270-7981, que deverá ser realizadas nos dias 20, 21, 22, 25, 26, 27 e 28 de Fevereiro de 2019.

4.3.1.1. Não serão agendadas visitas concomitantes e/ou conjuntas.

4.3.1.2. Ressalta-se que a visita técnica não é obrigatória.

4.3.1.3. Os custos de visitas aos locais da obra e serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

4.3.2. A empresa licitante que não participar da visita técnica não será inabilitada, contudo não poderá alegar desconhecimento das condições da área física da referida Obra para exigir qualquer desembolso financeiro e/ou outras reivindicações da Contratante.

4.3.3. Os representantes da empresa, que decidirem participar da visita técnica, deverão comparecer munidos de **Documento de Identidade e Carta de Credenciamento, conforme modelo anexo**, assinada pelo titular ou representante legal da empresa interessada. Além de ser apresentado estatuto, contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder a representação da empresa.

4.3.4. Para título de comprovação da realização de visita técnica, o licitante receberá da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, atestado de visita, que deverá ser assinado por Profissional lotado na SEMOB.

4.3.4.1. A comprovação deverá fazer parte dos documentos de habilitação, caso seja realizada a visita técnica.

4.3.5. Com fundamento nos acórdãos 295/2008 e 3.459/2012 do TCU – Tribunal de Contas da União, ressaltamos que é de responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação.

4.3.6. Cumpre destacar que as visitas são agendadas com as pretensas licitantes em dias e horários alternados, não ocorrendo visitas concomitantes e/ou conjuntas, bem



como em tempo hábil para finalização de suas propostas, a fim de preservar os princípios da impessoalidade, igualdade e eficiência do processo licitatório.

4.4 - Da participação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

4.4.1 - Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014 e da Lei Municipal nº 3.063 de 13/12/2007, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.4.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

4.4.3 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.4.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.4.4 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.5 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.5.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos deste edital, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



4.4.5.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, sob pena de preclusão.

4.4.5.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 4.4.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.5.4 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.4.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.5.5 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública.

4.5 - As licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a LC 123/2006, deverão apresentar, **no envelope “HABILITAÇÃO”**, para comprovação de tal condição, a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

4.6 - Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

5. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

5.1 - ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em uma só via, em original ou cópia reprográfica autenticada por Tabelião de Notas ou por Servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, devidamente numerados e rubricados por seu representante legal, na ordem seguinte:

5.1.1 - Habilitação Jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;



- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver. Para as sociedades por ações, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores e; no caso de sociedades civis, da diretoria em exercício;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Documento Oficial de Identificação com foto do representante legal (proprietário, sócio ou gerente, diretor e procurador), conforme o caso;
- f) Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à participação na licitação, em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal;
- g) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz;

5.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**Cartão CNPJ**), atualizada;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (com situação ativa), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de Regularidade de Situação – CRS – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data da entrega dos envelopes;



d) Certidões de Regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal**);

d.1) A regularidade perante a Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional poderá também ser comprovada por Certidão Conjunta, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 31 de agosto de 2005;

e) Certidão Negativa de Débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante e da sua filial no Estado do Espírito Santo, quando houver, com validade na data da entrega dos envelopes;

f) Certidão de Regularidade com a **Fazenda Pública do Município sede da empresa**, com validade na data da entrega dos envelopes;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST, em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

5.1.3 - Qualificação Técnica

a) Comprovante de Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente - Pessoa Jurídica e Pessoa Física (responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela empresa), no Conselho Regional Competente – CREA/CAU.

a.2) Na hipótese da vencedora da licitação ter seu registro no Conselho Profissional de outro Estado, deverá apresentar, no ato de assinatura do contrato, o visto do seu registro no Conselho Regional/ES; nos termos do art. 58 da Lei 5.194/66, na forma da Resolução 413/97 do CONFEA e demais regramentos pertinentes.

b) Comprovante de possuir, atual ou futuramente, em seus quadros, vínculo empregatício do(s) profissional(is) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s). Com fulcro nos acórdãos 2.951/2012 e 498/2013 do Tribunal de Contas da União, a comprovação pode ser feita de uma das seguintes formas:

b.1) Cópia (autenticada) do Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;



b.2) Cópia (autenticada) do Contrato de Trabalho ou da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;

b.3) Cópia (autenticada) do contrato de prestação de serviço em que conste o licitante como contratante;

b.4) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

c) Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), do(s) profissional(is) habilitado(s), em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, responsável técnico da empresa que comprove que foi responsável tecnicamente pela execução de obra(s) compatível(is) em característica(s), quantidade(s) e prazo(s) com o objeto desta licitação, limitadas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo;

c.1) O(s) responsável(is) técnico(s) supramencionado(s) deverá(ao) ter nível superior, sendo, no mínimo, graduação em Engenharia Civil ou outros com atribuições correlatas, devendo estar devidamente registrado(s) como tal(is) no Conselho Profissional Competente até a data prevista para a entrega das propostas, de acordo com o inciso I, § 1º do Artigo 30 da Lei Federal 8.666/93.

5.1.3.1. Qualificação Técnica – Profissional:

a.1) Declaração do(s) Responsável(is) Técnico(s) aceitando a sua indicação realizada pela licitante;

a.2) A certidão de acervo técnico deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional Engenheiro Civil ou outro com atribuições correlatas.

a.3) Para fins desta licitação considerar-se-ão como parcelas de maior relevância as especificadas a seguir, conforme disciplina o artigo 30, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Item	Descrição dos Serviços
1	Pavimentação em blocos de concreto
2	Regularização do subleito
3	Corpo BSTC diâmetro 0,60m



Obs.1) Com o intuito de tornar mais célere a análise dos atestados de qualificação técnica apresentados, deverão ser destacados (grifados), os itens correspondentes às parcelas de maior relevância previstas neste Edital.

Obs.2) O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

Obs.3) No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico, estas serão inabilitadas.

5.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante ou Certidão de Recuperação Judicial, em conformidade com o ACORDÃO TC 001/2013, desde que atenda as condições abaixo:

a.1) Cumprimento de todos os demais requisitos de habilitação constantes neste Edital;

a.2) Sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

Obs.1) Não constando no documento o prazo de validade, será considerada emitida até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação;

b) Balanço Patrimonial, inclusive com os demonstrativos contábeis, correspondentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedado à apresentação de balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da licitante;

b.1) O Balanço das licitantes constituídas sob a forma de Sociedade por Ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial;



b.2) As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, certificado por Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade Competente, no qual estejam mencionados expressamente, o termo de abertura e encerramento, o número das folhas do “Livro Diário” em que o Balanço se acha regularmente transcrito;

b.3) As licitantes com menos de 1(um) ano de existência apresentarão Balancete do mês anterior ao da realização da licitação, autenticado por profissional credenciado na forma exigida na alínea b.2;

c) Comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a um ($\geq 1,0$), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = _____

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante

d) Prova de possuir capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra ou ainda a comprovação prevista no art. 31, parágrafo 3º da Lei 8.666/93 (patrimônio líquido), com a atualização através de índice oficial para a data de abertura das propostas.

5.1.5 - OBSERVAÇÕES:



- a) O Demonstrativo da Capacidade Financeira **deverá** ser preenchido pela licitante e assinado pelo **representante legal e o responsável pela contabilidade** da licitante, competindo a CPL proceder à conferência dos elementos dele constantes.
- b) A documentação poderá ser autenticada por membro da Comissão Permanente de Licitação até a data de protocolo dos envelopes.
- c) Caso as certidões expedidas pelas fazendas estadual e municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a Comissão Permanente de Licitação considerará como máximos os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo 90 (noventa) dias e no Município de Aracruz 60 (sessenta) dias;
- d) Para efeito de apresentação dos documentos e das provas de regularidade acima mencionados, não serão aceitos quaisquer protocolos ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste Edital;
- e) A CPL se reserva ao direito de proceder buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Comissão Permanente de Licitação, além de incorrer nas sanções previstas neste edital;
- e.1) A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata inabilitação da licitante que o tiver apresentado.
- f) A aceitação dos dados via "internet", conforme o caso, ficará condicionada à confirmação de sua validade pela Comissão Permanente de Licitação;
- g) Toda a documentação de Habilitação deverá ser entregue na ordem seqüencial indicada acima, numerada e visada pelo proponente. Tal medida visa salvaguardar os interesses dos participantes no aspecto de segurança e transparência do procedimento licitatório.
- h) A licitante que não apresentar quaisquer dos documentos mencionados no item 5.1 e seus subitens será **INABILITADA**.



5.2 - PROPOSTA DE PREÇOS

5.2.1 - O conteúdo do envelope de proposta de preços deverá constar de proposta elaborada em conformidade com as condições indicadas neste Edital, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, impressa por qualquer meio de edição eletrônica de textos, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em papel timbrado da licitante, devidamente assinada e rubricada pelo profissional que a subscrever, com menção explícita do título do profissional e do número da carteira (art. 14 da Lei nº 5.194, de 24/12/1966), contendo:

- a) Carta resumo da proposta de preços (Modelo anexo IV), contendo o valor total para a execução dos serviços, expresso em real, inclusive indicando o valor por extenso;
- b) Preços unitários, de acordo com a planilha de custos fornecida pelo Município de Aracruz;
- c) Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação;
- d) Prazo estimado para execução dos serviços: conforme Edital;
- e) Forma de pagamento: conforme Edital;
- f) Composição analítica dos preços unitários e detalhamento de encargos sociais e de BDI;
- g) Cronograma físico-financeiro;
- h) Declaração de aceitação de todas as condições deste edital e que caso seja vencedora da licitação, executará os serviços pelos preços propostos e aceitos pelo CONTRATANTE.

5.2.2 - Para maior agilidade na análise dos documentos, **além de uma via impressa**, as planilhas orçamentárias, a composição analítica de custos unitários e detalhamento de encargos sociais e de BDI, **deverão ser apresentadas em arquivo digital**.



Obs1: O CD ROM deverá vir identificado com o nome da licitante e nº do Edital, acondicionado em envelope próprio e afixado à proposta impressa.

Obs2: Os itens constantes nas planilhas e correspondente composição analítica devem ser apresentados na mesma ordem disposta nas disponibilizadas por essa Prefeitura e cada um dos documentos devem ser apresentados em dois formatos: PDF e em planilha editável.

6. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 - O recebimento dos envelopes de “Habilitação” e “Proposta de Preços” dar-se-á no local, data e horário constantes no preâmbulo deste edital em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa a razão social da proponente, e ainda a seguinte indicação:

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

À

Prefeitura Municipal de Aracruz

Comissão Permanente de Licitação

Ref. **Concorrência Pública nº 009/2018 - RETIFICADO**

Data do Protocolo: **até 18 horas do dia 13/03/2019**

Data da Abertura: **14/03/2019 às 12:30 horas**

Razão Social, endereço completo, telefone e email da Licitante.

ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

À

Prefeitura Municipal de Aracruz

Comissão Permanente de Licitação

Ref. **Concorrência Pública nº 009/2018 - RETIFICADO**

Data do Protocolo: **até 18 horas do dia 13/03/2019**

Data da Abertura: **14/03/2019 às 12:30 horas**

Razão Social, endereço completo, telefone e email da Licitante.



6.2. Expirado o horário fixado para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No local, dia e hora estabelecidos neste edital, a CPL instalará reunião para abertura dos envelopes contendo a documentação e as propostas, obedecendo à seguinte sequência:

7.1.1 - O presidente da CPL receberá os envelopes lacrados, contendo os documentos para habilitação e a proposta de preços.

7.1.2 - Identificação dos representantes legais das empresas com a apresentação das devidas Carteiras de Identidades e Cartas Credenciais, quando for o caso.

7.1.3 - Abertos os envelopes "HABILITAÇÃO", o seu conteúdo, depois de rubricado pela Comissão Permanente de Licitação, será oferecido à rubrica por parte dos representantes das empresas participantes da licitação.

7.1.4 - A CPL verificará se a documentação jurídica, fiscal e financeira atende às exigências estabelecidas no Edital e em seguida suspenderá a sessão e encaminhará os autos à Secretaria de Obras e Infraestrutura, para análise e emissão de relatório quanto à qualificação técnica.

7.1.5 - Após o retorno dos autos, a CPL de posse do relatório, fará em sessão interna, o julgamento dos envelopes "HABILITAÇÃO" e publicará o resultado nos meios legais.

7.1.6 - Havendo inabilitação de alguma Proponente, serão consideradas 02 (duas) situações:

1ª - A proponente não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitação, caso em que, ser-lhe-á devolvido, fechado e contra recibo, o envelope e registrada em ata a sua renúncia ao recurso.

2ª - A proponente dispõe a apresentar recurso. Neste caso, a proponente dispõe de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência da inabilitação, para encaminhamento do seu recurso, marcando-se nova data para a abertura dos Envelopes.



7.1.7 - Superado o prazo recursal e persistindo a inabilitação de alguma(s) licitante(s), esta(s) terá(ão) o envelope “PROPOSTA DE PREÇOS” devolvido, fechado, contra recibo.

7.1.7.1. Caso as licitantes inabilitadas não estejam presentes na ocasião da devolução dos envelopes, estes ficarão à sua disposição pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do resultado da licitação, podendo ser destruídos pela Comissão Permanente de Licitação depois de transcorrido este prazo.

7.1.8 - A CPL designará, mediante publicação nos meios oficiais, data e hora para realização da sessão pública de abertura dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS”.

7.1.9 - Na sessão supracitada, abertos os envelopes de “PROPOSTA DE PREÇOS”, o seu conteúdo, depois de rubricado pela Comissão Permanente de Licitação, será oferecido à rubrica por parte dos representantes das empresas participantes da licitação. Encerrada a sessão, a CPL encaminhará os autos à Secretaria de Obras e Infraestrutura, para análise e emissão de relatório quanto à proposta de preços.

7.1.10 - Após o retorno dos autos, a CPL, de posse do relatório, fará, em sessão interna, o julgamento dos documentos dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS” e publicará o resultado nos meios legais.

7.2 - Das reuniões de verificação de documentação e de propostas serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as propostas, com a transcrição dos respectivos preços totais, registradas as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação. As atas serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das proponentes.

8. AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas de preços consideradas habilitadas, será o adiante descrito:

8.2 - A análise de julgamento das propostas de preços será realizada em duas fases:

a) FASE ELIMINATÓRIA

Serão desclassificadas as propostas que:



- a.1) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa da obra licitada;
- a.2) Não estabeleçam preços para todos os itens constantes da planilha orçamentária anexa a este Edital.
- a.3) Apresentar composição analítica dos preços unitários e detalhamento de encargos sociais e de BDI incompleta.
- a.4) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital;
- a.5) Apresentarem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos ou salários do mercado, acrescido dos respectivos encargos, salvo a exceção prevista no parágrafo 3º do art. 44 da Lei 8.666/93, com redação da Lei 8.883 de 08/06/94;
- a.6) Contiverem preços unitários e/ou global manifestamente inexequíveis cujos custos dos insumos não sejam coerentes com os de mercado;
- a.7) Contiverem valores unitários acima dos valores orçados pela Prefeitura Municipal de Aracruz;
- a.8) Não atenderem ou forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e Anexos;
- a.9) Nos casos em que a CPL constate a existência de erros numéricos nas propostas, serão procedidas as correções necessárias para apuração dos preços globais obedecida a seguinte disposição:
- a.9.1) Havendo divergência entre o valor global registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último; salvo se a proponente declarar que houve erro de digitação no valor apresentado por extenso e o valor registrado na forma numérica da carta resumo da proposta de preços convergir com o apresentado na planilha orçamentária por ela apresentada.



a.9.2) Havendo divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a CPL procederá à correção dos subtotais, mantidos os quantitativos e os preços unitários das propostas;

a.9.3) Se a proponente não aceitar a correção do erro, sua proposta será rejeitada.

a.10) Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Licitação.

a.11) Nenhum preço proposto poderá ultrapassar o valor do preço unitário da Planilha Orçamentária.

b) FASE FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

b.1) Será considerada vencedora, a proponente habilitada que satisfaça as exigências da fase eliminatória deste Edital e, que tenha apresentado a proposta de menor preço.

b.2) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, o desempate será conforme previsto no parágrafo 2º do art. 45 da Lei 8.666/93.

c) Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço global, observadas ainda as condições do item seguinte;

c.1) Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

c.1.1) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para em 24 (vinte e quatro) horas apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, e caso o faça será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação. A CPL dará ciência a todas as interessadas do valor da nova proposta a ser adjudicada à licitante vencedora do certame;

c.1.2) Se as propostas forem julgadas no mesmo dia de sua abertura, e estando presente a licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência, deverá apresentar nova proposta em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas;



c.1.3) Se as propostas forem julgadas no mesmo dia de sua abertura, e não estiver presente a licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência, deverá a Administração intimá-la, dando-lhe ciência da configuração do empate e do benefício que possui, convocando-a para apresentar nova proposta em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

c.1.4) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura também se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

c.1.5) A Comissão Permanente de Licitação deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas no neste edital.

8.3 - O Município de Aracruz poderá desclassificar licitantes até a assinatura do contrato por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

8.4 - Antes da divulgação do julgamento da proposta vencedora, a Comissão Permanente de Licitação, caso julgue necessário, solicitará à Secretaria de Obras e Infraestrutura parecer sobre a validade dos preços unitários ofertados.

8.5 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação, conforme artigo 43, § 6º da Lei nº 8.666/93.

9 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a



Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 (art. 41, § 1º da Lei nº 8.666/93).

9.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

9.2.1. As impugnações formuladas por licitantes deverão observar os seguintes critérios:

- a) Serem dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, impressos e devidamente fundamentados e se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;
- b) Serem devidamente instruídos com o Contrato Social e a qualificação da empresa recorrente e de seu representante legal;
- c) Serem assinados por representantes legais da licitante ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;
- d) Serem apresentados no protocolo da Prefeitura Municipal de Aracruz, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, n.º 710 - Centro - Sede, Aracruz - ES, no prazo legal, caso contrário, não serão considerados;

9.3 - Dos atos da administração referente a esta licitação cabem os recursos previstos na Lei 8.666/93 e suas alterações, especialmente o disposto no seu art. 109.

9.4 - Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

9.4.1 - Habilitação ou inabilitação da licitante;

9.4.2 - Julgamento das Propostas;

9.4.3 - Anulação ou Revogação da Licitação;

9.4.4 - Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;



9.4.5 - Rescisão do contrato, a que se refere inciso I do artigo 79, da Lei 8.666/93;

9.4.6 - Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

9.5 - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

9.6 - Pedido de reconsideração, ao Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, no prazo de 10(dez) dias úteis da intimação do ato.

9.7 - O recurso previsto nos **itens 9.4.1 e 9.4.2** terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.

9.8 - Interposto, o recurso será comunicado as demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

9.9 - Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

9.9.1 - Serem dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, impressos e devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;

9.9.2 - Serem assinados por representantes legais da licitante ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;

9.9.4 - Serem apresentados no protocolo da Prefeitura Municipal de Aracruz, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, n.º 710 - Centro - Sede, Aracruz - ES, no prazo legal, caso contrário, não serão considerados;

9.10. Havendo interesse em cópias do processo, o licitante deverá proceder à solicitação por escrito e protocolizar junto ao protocolo da Prefeitura Municipal de Aracruz, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, n.º 710 - Centro - Sede, Aracruz – ES.

9.11 - A Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado,



devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.12 - Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração, a licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha apontar depois do julgamento, faltas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.13 - Estará sempre ressalvado ao Município de Aracruz, antes de concretizar a contratação, o direito de revogar a licitação por interesse público ou conveniência administrativa, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, do que dará ciência aos interessados.

10. PRAZOS E REAJUSTES

10.1 - O **prazo de vigência do contrato** fica fixado em **270 (duzentos e setenta) dias**, contados da assinatura do contrato, sendo o prazo para a assinatura do Contrato de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data da convocação para este fim.

10.2 - O **prazo de execução dos serviços** fica fixado em **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

10.2.1 - No recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de caução de garantia de execução, no percentual de **5% (cinco por cento)** sobre o valor contratual, podendo optar por uma das modalidades:

a) Títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (em conformidade com a Lei nº 11.079 de 30/12/04);

b) Seguro garantia;

c) Fiança Bancária (caput e § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93).



10.3 - Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo de serviços, de acordo com a Lei, a CONTRATADA deverá proceder ao reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

10.4 - A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.5 - O prazo máximo para início dos serviços fica fixado em 08 (oito) dias úteis contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, expedida pelo CONTRATANTE.

10.6 - A fiscalização fornecerá, junto com a Ordem de Serviço, todos os elementos indispensáveis ao início da prestação dos serviços.

10.7 - A CONTRATADA, julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito, explicações e novos dados, dentro do prazo de até 08 (oito) dias na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (Gerência de Obras Públicas). Nesse caso, o prazo de execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados, se os mesmos impedirem o início dos serviços.

10.8. Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão contratante, sendo admitida prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, § 1º da Lei Nº. 8.666/93.

10.9. Qualquer motivo de paralisação dos serviços deverá ser comunicado por escrito ao Contratante, através de carta/memorando endereçado à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, inclusive justificando os motivos da paralisação, que poderão ou não ser aceitos pelo Contratante.

10.10. Os preços propostos pela contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 01 (um) ano da data de apresentação da proposta, de acordo com os preceitos da Lei 8.880/1994, através do Índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias – DNIT – Fundação Getúlio Vargas.

$$R = V \times (I - I_0)$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;



V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem Reajustados;

Io = do Índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias – DNIT – Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês anterior a data de apresentação da proposta;

I = Idem ao Io, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data de apresentação da proposta.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da execução dos serviços será feita por Servidor a ser designado pela Secretaria de Obras e Infraestrutura, por meio de Portaria interna, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições do presente Edital, a proposta e as disposições do contrato.

11.2 - Fica a CONTRATADA obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, facultando o livre acesso aos mesmos ao seu escritório, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado.

11.3 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicações, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

11.4 - A fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de elementos da equipe da CONTRATADA, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

11.5 - A fiscalização poderá sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com disposto no Contrato.

11.6 - A fiscalização poderá contar com o apoio técnico de empresa(s) contratada(s) pela PMA/SEMOB para auxiliar no processo de fiscalização da referida obra.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento do preço pactuado será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a solicitação do mesmo por parte da CONTRATADA, onde a CONTRATADA deverá proceder a abertura de processo de medição no Protocolo Geral da Prefeitura, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz-ES, encaminhando a Planilha



orçamentária de medição constando o período de execução dos serviços, memória de cálculo e relatório fotográfico dos serviços executados.

12.2 - Após a análise da solicitação e apresentação de Planilha orçamentária com o ateste do responsável pela fiscalização dos serviços o CONTRATANTE autorizará a emissão da Nota Fiscal, cabendo a ela informar o valor da referida Nota Fiscal à CONTRATADA, respeitando o Art. 58, Inciso III da Lei 8.666/93.

12.3 - A Nota Fiscal deverá ser entregue na própria Secretaria de Obras e Infraestrutura juntamente os documentos de regularidade fiscal.

13. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 - Obrigações da Contratada

13.1.1 - Desenvolver os serviços objeto deste Edital sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

13.1.2 - Dispor dos equipamentos necessários a execução do contrato de forma satisfatória à Administração Pública.

13.1.3 - Substituir os empregados, quando solicitado pelo CONTRATANTE, no interesse do cumprimento do Contrato, cabendo o ônus à CONTRATADA.

13.1.4 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

13.1.5 - A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso do serviço.

13.1.6 - Permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

13.1.7 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.



13.1.8 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.9 – Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços, os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, FGTS e fiscais, os quais são condição para a liberação do pagamento.

13.1.10 - Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta nos dias úteis, devendo se necessário, e autorizado previamente pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, ser estendido ao horário noturno ou em feriados e finais de semana.

13.1.11 - A eventual aceitação da obra pelo CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

13.1.12 - A CONTRATADA após entrega da obra dará 05 (cinco) anos de garantia e assistência técnica gratuita para os serviços objetos deste contrato, com defeitos, erros e/ou vícios de fabricação, instalação, salvo por uso indevido, conforme Código Civil.

13.1.13 - Atender aos procedimentos para Controle Ambiental da construção.

13.1.14 - Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e uniformizados.

13.1.15 - Destinar veículos e equipamentos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como de todo material necessário para a execução dos mesmos.

13.1.16 – Fica obrigada a apresentar a ART durante todo o período da execução do serviço.

13.2. Obrigações do Contratante

13.2.1 - Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos serviços, pagando à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas neste edital.



13.2.2 - Atestar e receber os serviços efetivamente executados, de acordo com as cláusulas deste documento.

13.2.3 - Disponibilizar os locais onde serão executados os serviços, bem como, as condições necessárias para a sua execução.

13.2.4 - Solicitar aos técnicos da CONTRATADA a exibição de documentação de identificação pessoal, quando estes se apresentarem para realização dos serviços abrangidos nesta contratação.

13.2.5 - A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

14. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CONSIDERAÇÕES BÁSICAS ACERCA DOS SERVIÇOS

14.1 - A CONTRATADA se obrigará a executar as obras e serviços empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente aos Projetos, Normas e Especificações Técnicas, conforme Caderno de Especificações e Memoriais Descritivos.

14.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter a disposição do CONTRATANTE Engenheiro habilitado junto ao CREA para execução e acompanhamento dos serviços ora solicitados, o qual deverá emitir ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de execução dos serviços.

14.3 - Poderá a Secretaria de Obras e Infraestrutura, a seu critério exigir a demolição e reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto, Norma e Especificações Técnicas.

14.4 - Todos os serviços realizados pela CONTRATADA deverão ser listados formalmente em um Boletim de Ocorrência, ou Diário de Obra, onde constem, no mínimo, as seguintes informações: data do serviço; dia da semana; serviço realizado; pendências; justificativa das pendências.



14.4.1 - O documento previsto no item anterior deverá estar assinado pelo Responsável Técnico pela execução dos serviços e, em concordância, pela fiscalização da obra, devendo haver espaço no documento para comentários/justificativas, pelo executor dos serviços e outro para a fiscalização da obra.

14.5 - Caberá à CONTRATADA dar tratamento e destinação correta aos resíduos sólidos provenientes da execução do objeto.

14.6 - A CONTRATADA será responsável pela vigilância no local da execução da obra.

14.7 - A obra deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, cabendo à CONTRATADA a retirada de qualquer material proveniente da execução.

15. ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 - Após a homologação do resultado da licitação pelo Município de Aracruz, a adjudicação do objeto desta licitação se efetivará através de contrato a ser firmado com a empresa vencedora, de acordo com a minuta do contrato constante do edital, que define os direitos e obrigações do Município e da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

15.2 - A empresa vencedora será convocada pelo Município de Aracruz, por escrito, para assinatura do respectivo contrato no prazo de **08 (oito) dias úteis**, a partir da data da convocação. Se esta não aceitar assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, o Município poderá convocar na ordem de igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente das sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, consolidada.

16. MULTAS E PENALIDADES

16.1 - A recusa da CONTRATADA em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no subitem 15.2, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades previstas no item 16.3, letras “a”, “b” e “e”.

16.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, fixada neste Edital e no Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos ou cobrada judicialmente, quando for o caso.



16.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa.

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias, se a obra não for iniciada na data prevista ou concluída nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo CONTRATANTE;
- c) Multa cominatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.4 - As sanções previstas no subitem 16.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras “a”, “b”, “c” e “d” e 10 (dez) dias corridos para a letra “e”, a partir do recebimento da mesma.

16.5 - As sanções previstas no subitem 16.3 letras “d” e “e”, poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- a) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

16.6 - As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.



16.7 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos ao contrato ou cobradas judicialmente.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1 - A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação, sem a prévia autorização, por escrito, da Secretaria de Obras e Infraestrutura, ressalvando-se que, quando concedida a subcontratação, obriga-se a CONTRATADA a celebrar o respectivo contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o CONTRATANTE e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba à subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízos de qualquer espécie.

17.2 - As Subcontratadas deverão comprovar regularidade fiscal e previdenciária e preencher os mesmos requisitos da qualificação técnica exigidos neste Edital.

18. RESCISÃO

18.1 - De acordo com o previsto na Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato.

19. ALTERAÇÕES

19.1 - O CONTRATANTE poderá acrescentar ou diminuir o volume de serviços, em conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/1993, bem como acrescentar o prazo decorrente de alterações do projeto, inclusão ou exclusão de serviços.

20. ANEXOS

20.1 - Integram o presente Edital, **além do Termo de Referência**, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Credenciamento para Visita Técnica (modelo);

Anexo II - Composição Analítica do Preço Unitário (modelo);

Anexo III - Carta Credencial do(s) Representante(s) na Licitação (modelo);

Anexo IV - Carta Resumo da Proposta de Preços (modelo);

Anexo V - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (modelo);



Anexo VI - Declaração de atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da CF (modelo);

Anexo VII - Minuta de Contrato;

Anexo VIII - Projetos; plantas; planilhas quantitativas; composição de BDI e LS; planilhas orçamentárias; cronogramas físicos financeiros; composição de custos; especificações; memórias de cálculos

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

21.2. Compete ao interessado em participar desta licitação acompanhar nos meios oficiais (DOU/DIOES/DOM), Jornal de Circulação local e no endereço eletrônico (www.pma.es.gov.br), eventuais alterações ou informações sobre este certame.

21.2.1 - Compete à licitante fazer um minucioso exame do Edital, planilhas e demais anexos, pois quaisquer esclarecimentos, dúvidas, modificações ou contestações, quanto às disposições deste Edital deverão ser formuladas, por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de encerramento do recebimento dos envelopes de documentação e proposta.

21.3 - Não serão levadas em consideração pelo Município de Aracruz, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação da obra, quaisquer consultas, pleitos, reclamações ou impugnações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

21.4 - A CONTRATADA será responsável pela execução da obra pelo preço proposto e aceito pelo Município de Aracruz.

21.5 - As empresas participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes desta licitação, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.



21.6 - Esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico legal na interpretação dos termos deste Edital serão dirimidos mediante solicitação por escrito, endereçado à Presidente da CPL do Município de Aracruz, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta-feira ou através do email: licitacao@pma.es.gov.br.

21.7 - Quaisquer modificações ou alterações a serem introduzidas no Edital terão divulgação pela mesma forma que se deu o texto original com a consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.8 - Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão Permanente de Licitação, assessorando-a quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, ligados ou não ao Município de Aracruz.

21.9 - Estará sempre ressalvado ao Município de Aracruz, antes da assinatura do Contrato e em razão de fato superveniente devidamente comprovado, o direito de revogar ou anular esta Licitação, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

21.10 - O Município de Aracruz se reserva o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, a presente licitação, fato que deverá estar devidamente comprovado nos autos, através de parecer do Setor Competente da Prefeitura Municipal.

ARACRUZ - ES, 07 de fevereiro de 2019.

João Paulo Calixto da Silva
Secretário de Obras e Infraestrutura